

Boletim 1 - setembro de 1989

JURISPRUDÊNCIA DIREITO ADMINISTRATIVO

EMENTA

Adicional por tempo de serviço. Cálculo simples para os servidores em geral, aos quais não se aplicava a regra do DL 2.019, de 1983. Apelo improvido. (AC 308-CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DJP 4.8.89, pag. 32).

EMENTA

Administrativo.Militar.Integração ao quadro regular não requerida.Pretensão atingida pela prescrição quinquenal.Apelo improvido.(AC 251 - RN, Rel. Juiz Lázaro Guimarães,DPJ 2.8.89, pag. 24)

EMENTA

Administrativo. Ferrovários desligados da RFFSA, sem opção pelo regime celetista, obtendo aposentadoria previdenciária. Não alcançada pela prescrição a pretensão à dupla aposentadoria, mas tão somente as prestações anteriores ao quinquênio do ajuizamento da ação. Apelo parcialmente provido. (AC 1124-CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2a. T./, un. , DPJ 5.9.89, pag. 32).

EMENTA

Administrativo. Prática de atos privativos de instituição financeira. Intimação de cessação de atividade. Medida cautelar concedida para permitir a atividade da requerente, até julgamento da ação principal. Existência de risco de dano de difícil reparação e relevância dos fundamentos. Apelo improvido. (AC 385-CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DJP 4.8.89, pag. 32).

EMENTA

Administrativo.Pedido de correção monetária e juros de diferenças decorrentes do Plano único instituído pela Lei 7596, de 1987.Pagamento efetivado antes de decorridos 90 dias do enquadramento.Não incidência do Decreto lei n. 75, de 1966.Improcedência da reclamação.Recurso provido.(RO 005 - PB, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DPJ 2.8.89, pag. 24))

EMENTA

Administrativo. Vantagens decorrentes de exoneração de servidor federal. Falta de regulamento. Inviabilidade da apreciação judicial da conveniência administrativa. Apelo improvido.(AC 350 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DJP 4.8.89, pag. 31).

EMENTA

Administrativo. Reclassificação de cargos. Prescrição. Aplicação do Decreto no 20910/32. Sendo o Ato Administrativo, do qual se origina a ação, de mais de 5 (cinco) anos do seu ajuizamento, pronuncia-se a sua prescrição dentro do Princípio da "actio nata". (AC 358 / 89 - CE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, DPJ 31.8.89, pag. 30).

EMENTA

Processual Civil e Administrativo. Interpretação legal controvertida no antigo Tribunal Federal de Recursos não se enquadra à hipótese da Súmula 134 - TFR. Erro de fato inexistente. Criação de novo sistema de remuneração favorável aos servidores e inconciliável com gratificações anteriores, especialmente a de produtividade médica por unidades de serviço. Demanda improcedente. (AR 005 - AL, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DPJ 31.8.89, pag. 31).

EMENTA

Administrativo. Vestibular. Aluno que se submete a novo vestibular, do mesmo curso. Concessão válida de matrícula, cancelando-se a anterior. Inexistência de prejuízo para candidato não classificado. Apelo improvido. (AMS 324 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2a. T., un., DPJ 5.9.89, pag. 30).

JURISPRUDÊNCIA DIREITO CIVIL

EMENTA

Civil. Responsabilidade da Administração pela reparação dos danos causados em acidente de veículo. Apelo improvido. (AC 581 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DJP 4.8.89, pag. 32).

EMENTA

Mandado de segurança. Reajuste das prestações do mutuário do SFH. Cabimento da ação mandamental. Limite máximo da variação do salário mínimo . Inexistência de conflito com a orientação do STF no julgamento da Representação n. 1288-3-DF. Aplicação da equivalência salarial prevista no contrato. Apelo provido parcialmente. (AMS 286 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DPJ 31.8.89, pág. 30).

EMENTA

Critério de reajuste das prestações do SFH tendo como limite máximo a variação do salário mínimo. Inexistência de contradição com a interpretação do D.L. 19/66 dada pelo STF. Embargos rejeitados. (ED na AMS 446 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2a. T. , un., DPJ 5.9.89, pág. 30).

EMENTA

Processual Civil e Civil. Sentença proferida em audiência. Intimação posterior pelo órgão oficial. Termo inicial. Advogado ausente, embora intimado. Inexistência de cerceamento de defesa. Loteria de prognósticos. Cartão previamente excluído do concurso e apresentado como premiado. Índícios veementes de fraude. Recusa legítima de premiação. Apelo improvido. (AC 026-PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DJP 4.8.89, pág. 32).

EMENTA

Contrato de serviço de engenharia. Reajustamento de preço. Demora na execução por culpa exclusiva da contratada. A realidade econômica vivida no País, após tantos fracassos de planos de combate à inflação, não põe dúvida de que os preços dos contratos, especialmente os de execução de obras de engenharia, devem ser reajustados, de acordo com os padrões legais, salvo renúncia expressa e com cláusula contratual. Se a executada demorou em liberar ordem de serviço para a execução de contrato firmado, deve responder pelo reajustamento do preço do mesmo, em face da rapidez com que a inflação corrói o quantitativo ajustado. Improvimento do apelo. (AC 28-PE, Rel. Juiz José Delgado, DPJ 5.9.89, pág. 30).

JURISPRUDÊNCIA DIREITO PROCESSUAL CIVIL

EMENTA

Ação Rescisória. Violação de disposição de lei. Cabe à parte autora indicar o dispositivo de lei violado, sem o que improcede a Rescisória com fulcro no inciso V do art. 485 do Código de Processo Civil. (AR 006.PE, Rel. Juiz Araken Mariz, Pleno, un., DJP 5.9.89, pág. 29).

EMENTA

Ação de reparação de danos causados por funcionário da União, em acidente de veículos. Denúnciação da lide. Cabimento. Agravo provido. (AG 036 - SE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2a. T., un. , DPJ 5.9.89, pág. 30).

EMENTA

Constitucional e Processual Civil. Conflito de competência. Mandado de segurança. Domicílio da autoridade coatora. a competência para conhecer e julgar Mandado de Segurança se determina pelo domicílio da autoridade coatora. Improcedência do Conflito. (CC 018 - PE, Rel. Juiz Hugo Machado, Pleno, DJP 5.9.89, pág. 29).

EMENTA

Constitucional. Conflito de jurisdição entre juízes vinculados a Tribunais diversos. Competência do Superior Tribunal de Justiça. Conforme preceitua a Constituição Federal de 1988, compete ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça o julgamento de conflito de jurisdição entre juízes vinculados a tribunais diversos (art. 105, I, d). Conflito não conhecido. (CC 009 - PE, Rel. Juiz Hugo Machado, Pleno, un., DPJ 5.9.89, pág. 29).

EMENTA

Cancelamento de débito previdenciário com base no art. 29 do Decreto-lei nº 2303, de 1986. A Anistia Fiscal de que trata o art. 29 do Decreto-lei nº 2303, de 21.11.86, não abrange os débitos referentes a contribuições previdenciárias. Sentença reformada para que seja retomado o curso da execução. (AC 678 - CE, Rel. Juiz Orlando Rebouças, 1a. T. , un. , DJP 1.9.89, pág. 28).

EMENTA

Execução fiscal. Incabível a extinção por falta de interesse processual com base na regra do art. 1 do D.L. 1793, da 1980. Avaliação da conveniência em propor ações de menor valor compete ao credor, quando não ocorre o cancelamento do débito ou a anistia. Apelo provido. (AC 610 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães" DPJ 2.8.89, pág. 30).

EMENTA

Mandado de Segurança contra ato Judicial. Efeito suspensivo em apelação interposta contra sentença proferida em ação cautelar inominada que concedeu reajuste de vencimentos de servidores federais, relativos aos meses de abril e maio, de acordo com a URP. Perda de objeto da impetração em face do Decreto-lei n. 2453, de 10.08.88, que restabeleceu o reajuste. (MS 18 - CE, Rel. para o acórdão Juiz Castro Meira, DJP 10.8.89, pág. 30)

EMENTA

Mandado de segurança. Efeito suspensivo do agravo de instrumento. A pretensão deduzida não encontra amparo no ordenamento jurídico vigente. Não conhecimento da segurança, preliminarmente, por não se acharem presentes os requisitos que legitimam o seu cabimento contra ato judicial. (MS 131 - PE, Rel. Juiz Araken Mariz, DJP 5.8.89, pág. 23).

EMENTA

Mandado de segurança. Entidade desportiva. Pessoa jurídica de Direito Privado. Eleição de seus mentores. A controvérsia nada tendo a ver com os princípios normativos do Conselho Nacional de Desportos, sendo, ao revés, circunscrita ao âmbito da Federação local, a competência para o seu deslinde é da Justiça Estadual. Precedentes jurisprudenciais. Segurança concedida. decisão unânime. (MS 132 - RN, Rel. Juiz Francisco Falcão, DJP 18.8.89, pág. 23).

EMENTA

Mandado de segurança contra ato judicial. Descabimento. Ausência de pressupostos. I - Não cabe Mandado de Segurança contra ato judicial, sem que haja sido interposto, no tempo certo, o recurso cabível. II - O Mandado de Segurança não pode ser admitido para imprimir efeito suspensivo à apelação em Mandado de Segurança, dada a natureza executória de sua decisão. III - A via correta para se discutir o débito fiscal é por meio de Embargos. (MS 685 - PE, Rel. Juiz Araken Mariz, Pleno, un., DJP 5.9.89, pág. 29).

EMENTA

Mandado de segurança. Ato judicial. Cabimento. É admissível Mandado de Segurança contra decisão de que não caiba recurso com efeito suspensivo desde que ocorrentes os pressupostos constitucionais do Mandado de Segurança (art. 5º, LXIX) e desde que tenha sido interposto, a tempo e modo o recurso próprio, se do ato resultar a possibilidade de dano irreparável, ou, ainda, no caso de evidente ilegalidade do ato, para obstar, de imediato, as consequências lesivas do ato impugnado. (MS 19/89 - CE, Rel. Juiz Huoo Machado, Pleno, un., DPJ 5.9.89, pag. 29).

EMENTA

Processual Civil. Mandado de segurança. Ato judicial. Competência. Coisa julgada. domínio e posse. Usucapião.

A competência para o julgamento de mandado de segurança de ato de juiz estadual, onde tenha intervindo a União Federal, é do Tribunal Regional Federal.

Terceiro, titular de interesse jurídico, é parte legítima para impetração de segurança contra decisão judicial e em situações excepcionais, a impetração é cabível, independentemente da interposição de recurso.

Os efeitos da coisa julgada não beneficiam nem prejudicam terceiros (CPC, art. 472).

Não obstante distintos o domínio e a posse, o não reconhecimento daquele, em ação de usucapião, pode implicar denegação desta.

O objetivo de evitar conturbação social e a preservação do estado de fato atual até que se defina judicialmente o domínio das terras em litígio são

peculiaridades que recomendam, no caso, o deferimento da segurança. (MS 010 - PE, Rel. Juiz Hugo Machado, DJP 5.8.89, pág. 23).

EMENTA

Processual.Tributário. PIS. Medida cautelar. Presentes o fumus boni juris e o periculum in mora defere-se, liminarmente, a cautelar que objetiva tão só recolhimento de importâncias e vincendas como ato preparatório para a ação principal. Apelação provida. (AC 339 - SE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, DPJ 2.8.89, pag. 27).

EMENTA

Qualquer que seja o valor da causa em que haja questão de constitucionalidade cabe apelação. Súmula 246 - TFR. Agravo provido. (AG 14 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DPJ 2.8.89, pág. 30).

EMENTA

Processual Civil. Medida cautelar visando depósito de Imposto de Renda, e não do PIS. Ilegitimidade passiva da Caixa Econômica Federal. Honorários advocatícios adequadamente fixados. Apelo improvido. (AC 1127-CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2a. T., un. DPJ 5.9.89, pág. 32).

EMENTA

Processual Civil. Sentença homologatória de cálculo retificado ante anterior impugnação. Inexistência de preclusão. Uso regular de recurso. Conta baseada nos elementos dos autos. Apelo improvido. (AC 072-PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DJP 4.8.89, pag. 32).

EMENTA

Processual Civil. I - Empresa pública em liquidação permanece como parte, cabendo a habilitação da sucessora na época oportuna. II - Não abertura de oportunidade de quesitação e indicação de assistente técnico do arbitrador consiste em nulidade relativa. Não arguida na impugnação ao laudo, opera-se a preclusão (art. 245, CPC). III - Da sentença proferida em liquidação por arbitramento cabe apelação. IV - Laudo que se ajusta à sentença condenatória. Apelo improvido. (AC 201-SE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DJP 4.8.89, pag. 32).

EMENTA

Processual . Conflito de competência. Juiz plantonista. Aplicação do Provimento 194/79 do CJF. Competência do Juízo ao qual se distribua a ação. (CC 007 - PE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, DJP 5.08.89, pag. 23).

EMENTA

Processual. Conflito de competência. Não vinculação do Juiz Plantonista que recebeu a inicial e nela concedeu, inclusive, medida cautelar. Aplicação do Provimento 194 do extinto TFR. (CC 011 - PE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, DJP 18.8.89, pag. 23).

EMENTA

Processual Civil. Conflito de competência. Aplicação da Súmula 262 do extinto TFR. Competente o Juiz que presidiu a Audiência de Instrução, onde inclusive colheu prova. (CC 014 - PE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, DJP 18.8.89, pag. 23).

EMENTA

Processual Civil. Julgamento antecipado com base no efeito da revelia. Inviabilidade, por se tratar de direito indisponível. Caso, entretanto, de julgamento antecipado da lide, por ser a prova exclusivamente documental. Acórdão assim explicitado que se mantém quanto aos fundamentos e conclusão. Embargos rejeitados. (ED na AC 1773 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DPJ 31.8.89, pag. 31).

EMENTA

Processual Civil. Extinção do Processo. Deferida a suspensão do processo até posterior provocação do exequente, é inadmissível a extinção deste, com fundamento no art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Apelação provida. (AC 003 - PE, Rel. Juiz Hugo Macbado, 1a. T., DJP 22.8.89, pag. 21).

EMENTA

Processual Civil. Conflito de competência. Juiz que não colheu prova em audiência. Não vinculação. O Juiz que, mesmo iniciando a audiência, não colheu provas, não se vincula ao processo. Precedentes do TFR. Improcedência do conflito. (CC 013 - PE, Rel. Juiz Hugo Machado, Pleno, un., DPJ 5.9.89, pág. 25).

EMENTA

Processual Civil. Embargos infringentes. Falta de representação processual. Nulidade. A apresentação do instrumento de mandato é indispensável à promoção em Juízo, sua falta acarreta nulidade do processo. (EI 2343-AL, Rel. Juiz Araken Mariz, Pleno, un., DJP 5.9.89, pág. 29).

EMENTA

Processual. Interpretação do Decreto lei 1793/80. Extinção do processo. Está pacificada a jurisprudência no sentido de que o Decreto lei .1793/80 não autoriza a extinção, pelo Poder Judiciário, de ações de valor igual ou inferior a 20 (vinte) OTNs, por o juízo da conveniência ou não do ajuizamento ou não pertencer, exclusivamente, à Fazenda Pública. Por outro lado, o referido dispositivo legal não declarou, em causas com os valores referidos inexistir interesse econômico para o ajuizamento. Apelação provida. (AC 137 - PE, Rel. Juiz José Delgado, 2a. T. , un. DPJ 5.9.89, pág. 29).

EMENTA

Processual. Cancelamento de débito. Decreto lei n° 2303/86, art. 29. Abrangência do dispositivo. O art. 29 do Decreto lei n° 2.303, de 21.11.86, cancelou, apenas, os débitos para com a União Federal, não abrangendo aqueles para com as autarquias federais. Provimento da apelação. (AC 154 - PE, Rel. Juiz José Delgado, 2a. T., un. DPJ 5.9.89, pág. 30).

EMENTA

Processual Civil. Extinta execução e opostos embargos infringentes do julgado, da decisão que aprecia esse recurso não cabe qualquer outro. Preclusão que impede o seguimento de posterior apelação. Agravo improvido. (AG 031 - SE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2a. T., un. DPJ 5.9.89, pág. 30).

EMENTA

Processo Civil. Liminar em ação cautelar deferindo depósito de mutuários do SFH que movem ação de rito ordinário na qual se discute o valor das prestações do financiamento, e susstando execução judicial. Uso normal do poder geral de cautela (art. 798, CPC) . Agravo improvido. (AG 53 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2a. T. un., DPJ 5.9.89, pag. 30).

JURISPRUDÊNCIA DIREITO PREVIDENCIÁRIO

EMENTA

Previdenciário. Comprovada a condição de ex-combatente, a renda mensal deve ser fixada em 100% do salário de benefício. Apelo provido. (AC 280 - RN, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DJP 4.8.89, pág. 31).

EMENTA

Previdenciário. Anotações na Carteira Profissional. Aplicação do art. 18 da CLPS. Gozando as anotações da Carteira Profissional presunção juris tantum (Súmulas 225 - STF e 12 - TST) , não ofertada contra prova capaz de elidi-las, não se lhes nega tal força probatória. Apelação desprovida. (C 257 - PE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, DPJ 2.8.89, pág. 26).

EMENTA

Previdenciário. Os benefícios previdenciários sujeitam-se a atualização na forma da súmula 71 - TFR, até março de 1971, e, a partir de abril de 1981, segundo a Lei 6.899. Apelo provido. (AC 605 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DJP 4.8.89, pae. 31).

EMENTA

Contribuições previdenciárias. Cancelamento. Decreto-lei n. 2303/86. O cancelamento de que trata o Decreto-lei n. 2303/86 alcança, apenas, os débitos para com a Fazenda Nacional. Apelação provida. (AC 061 - PE, Rel. Juiz Castro Meira, DJP 22.8.89, pág. 22).

EMENTA

Previdenciário. Vínculo canônico não impede designação de companheira pelo segurado, fazendo cessar a anterior designação presumida. Não se aplica à situação o verbete 159 da Súmula do Tribunal Federal de Recursos. Apelação improvida. (AC 278 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DPJ 31.8.89, pág. 31)

EMENTA

Previdenciário. Pensões devidas a dependentes de excombatentes e ex-práticos de barra. Lei 1.756/52. Cálculo mediante encontro de contas. Apelo improvido. (AC 1156 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2a. T. , un., DPJ 5.9.89, pág. 32).

EMENTA

Previdenciário. Perícia que constata a inexistência de doença incapacitante. Inviabilidade da aposentadoria por invalidez. Apelo improvido. (AC 1088-PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2a. T., un., DPJ 5.9.89, pág. 32).

JURISPRUDÊNCIA DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

EMENTA

Processual Penal. Habeas corpus. Erro na capitulação. O erro na capitulação legal do fato não invalida a denúncia, desde que, descrita nesta, indubitavelmente, a conduta ilícita imputada ao acusado. Ordem denegada. (HC 011 - PE, Rel. Juiz Hugo Machado, DJP 22.8.89, pág. 27).

EMENTA

Penal. Desacato à autoridade. Inexistência de prova de autoria. Não se tendo como certa a participação do réu nos fatos delituosos que lhe foram imputados, descabe a imposição de qualquer sanção, face à inexistência de elementos concretos capazes de fundamentar um decreto condenatório. Para uma condenação Penal, cujas consequências são sempre graves, a prova há que restar clara firme e indubitosa. Meras hipóteses não constituem prova judicial segura. Recurso desprovido. Sentença mantida. (RcCr 001-PE, Rel. Juiz Castro Meira, DJP 22.8.89, pág. 24).

EMENTA

Penal. Prescrição na fase inquisitorial. Inquérito policial onde se apuram vários crimes, será determinado o seu trancamento, prosseguindo-se a investigação em relação aos demais. Apelação parcialmente provida. (RHC 010 - PE, Rel. Juiz Castro Meira, DJP 22.8.89, pag. 24).

EMENTA

Crime de responsabilidade de Prefeito Municipal capitulado no Decreto-lei n. 201/67. Competência da Justiça Estadual para o respectivo Processo, que exige rito especial previsto no referido diploma legal. Concede-se, em parte, a ordem para excluir-se da denúncia oferecida perante o Juiz Federal a acusação do crime de responsabilidade de que trata o Decreto-lei n. 201/67, sem prejuízo do prosseguimento da ação penal com relação ao delito previsto no art. 299, parágrafo único, do Código Penal, cuja prática, em detrimento da Administração Federal, é atribuída ao paciente e demais denunciados. (HC 07 - CE, Rel. para o acórdão Juiz Orlando Rebouças, DJP 22.8.89, pág. 24).

EMENTA

Penal. Ponto irrelevante da argumentação não torna desfundamentada sentença que apresenta outros motivos para demonstrar a existência do delito. Exame suficiente da prova. Descaminho caracterizado pela venda de mercadoria estrangeira. Exibição de nota fiscal que não comprova a cobertura dos relógios apreendidos. Apelo improvido. (ACr 003 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DPJ 31.8.89, pág. 31).

EMENTA

Penal. Desacato à autoridade. Inexistência de prova de autoria. Não se tendo como certa a participação do réu nos fatos delituosos que lhe foram imputados, descabe a imposição de qualquer sanção, face à inexistência de elementos concretos capazes de fundamentar um decreto condenatório. Para uma condenação penal, cujas consequências são sempre graves, a prova há que restar clara, firme e indubitosa.. Meras hipóteses não constituem prova judicial segura. Recurso

desprovido. Sentença mantida. (RcCr 001 - PE, Rel. Juiz Castro Meira, DPJ 5.9.89, pág. 28).

EMENTA

Penal. Prescrição na fase inquisitorial. Inquérito policial onde se apuram vários crimes. Reconhecida a prescrição do delito em Inquérito Policial onde se apuram vários crimes, será determinado o seu trancamento Prosseguindo-se a investigação em relação aos demais. Apelação parcialmente provida. (RHC 010.- PE, Rel. Juiz Castro Meira, DPJ 5.9.89, pág. 28)

JURISPRUDÊNCIA DIREITO TRIBUTÁRIO

EMENTA

Tributário. Empréstimo compulsório. Veículo. Inconstitucionalidade declarada pelo TFR, na AMS 116.582-SP. Apelo improvido. (AC 341 - AL, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DJP 4.8.89, pág. 32).

EMENTA

Tributário. Empréstimo compulsório. Resolução n°. 1154 - BACEN. Inconstitucionalidade. Encargo financeiro indevido. Apelação improvida. (Rel. Juiz Petrucio Ferreira, AC 243 - CE, DPJ 2.8.89, pág. 26)

EMENTA

Fundo Nacional de Telecomunicações. Declarada pelo TFR a inconstitucionalidade da sobretarifa criada pela Lei 4117/62, a partir da vigência da Lei 6093/74. Restituição das prestações pagas nos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação. Juros de mora de 1% ao mês a partir do trânsito em julgado. Apelo e remessa oficial improvidos.

EMENTA

Dificuldade financeira da empresa não elimina incidência de multa moratória. Apelo improvido. (AC 019 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DPJ, pág. 30).

EMENTA

FGTS. Não constitui tributo, mas garantia patrimonial em benefício do empregado (art. 165, XIII, da Constituição de 1969). Inaplicável ao caso é o art. 29 do Decreto-lei 2303/86. Provimento do recurso, para reformar a sentença que decretou a extinção da ação, devendo prosseguir a execução. (AC 049 - PE, Rel. Juiz Francisco Falcão, 1ª. Turma, DJP 10.8.89, pág. 30).

EMENTA

Legitimidade processual. Constitucional. Tributário. Encargo financeiro incidente sobre a emissão da passagem aérea e aquisição de moeda estrangeira. Resolução n°. 1154/86 do Banco Central do Brasil. O Banco Central do Brasil tem legitimação para figurar no polo passivo de ação. Exigência fiscal descabida. Apelação desprovida. (AC 025 - CE, Relator Juiz Castro Meira, DJP 22.8.89, pág. 21).

EMENTA

Contribuições para o FGTS. Posição do Supremo Tribunal Federal. Prescrição trintenária, mesmo antes da Emenda 8, de 1977. Apelo provido. (AC 1081 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DJP de 23.8.89, pág. 32).

EMENTA

Imposto sobre Transporte Rodoviário. Constitucionalidade do Decreto-lei n° 1.438/75. O Colendo Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o Recurso Extraordinário n° 100.642-1, declarou a inconstitucionalidade do inciso III do artigo 3o do Decreto-lei no 1.582/77. Matéria hoje sem controvérsia. Remessa oficial improvida. (REO 229 - PB, Rel. Juiz José Delgado, 2ª. T., un. DPJ 5.9.89, pág. 30).